

**SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL****EXTRATO DE CONTRATO**

Nº Processo: 04902.004242/2011-21. OUTORGADO: UNIÃO. OUTORGANTE: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA. OBJETO: Imóvel com 434,1048ha, em São Borja/RS, registrada sob nº de ordem 3.277 e nº de ordem 1.201 do Registro de Imóveis de São Borja/RS. Fundamento Legal: inciso I, art. 9º e §3º, art. 10 da Lei nº 4.504/64. Data de Assinatura do Contrato: 23/04/2014

**SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA****EXTRATOS DE TERMO DE TRANSFERÊNCIA**

PROCESSO Nº 04972-002397/2004-70. INTERESSADOS: Outorgante: União, através da Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina. Outorgado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA. OBJETO: Termo de Transferência para o patrimônio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, do imóvel da União, constituído por terreno rural com área de 1.331.000,00m2, situado entre os quilômetros 2 e 4, da Estrada Geral de Canoinhas, Município de Canoinhas/SC, objeto da matrícula nº 18.515, do Cartório de Registro de Imóveis de Porto União/SC, com a finalidade de execução de Política Nacional Agrícola e Fundiária. RIP nº 8155.00030.500-3. FUNDAMENTO LEGAL: art. 188 da CF/88 e Portaria SPU/SC nº 26, de 24/03/2014 (DOU de 29/04/2014). CONTRATO: Termo de Transferência para o patrimônio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, lavrado em 05/05/2014, fls. 117 e 118 do Livro nº 12 de Termos Diversos e Escrituras da SPU/SC.

PROCESSO Nº 04972-000771/2013-93. INTERESSADOS: Outorgante: União, através da Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina. Outorgado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. OBJETO: Termo de Transferência para o patrimônio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do imóvel da União, constituído por terreno rural com área de 5.203.000,00m2, situado no local Toldo de Cima, Município de Major Vieira/SC, objeto do registro 10.332, do Cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas/SC, com a finalidade de execução de Política Nacional Agrícola e Fundiária. RIP nº 8203.00003.500-0. FUNDAMENTO LEGAL: art. 188 da CF/88 e Portaria SPU/SC nº 25, de 18/02/2014 (DOU de 29/04/2014). CONTRATO: Termo de Transferência para o patrimônio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, lavrado em 05/05/2014, fls. 115 e 116 do Livro nº 12 de Termos Diversos e Escrituras da SPU/SC.

**Ministério do Trabalho e Emprego****FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO,  
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO****EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2014 - UASG 264001**

Processo nº 264001575/2013-28. INEXIGIBILIDADE Nº 6/2014. Contratante: FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO -DE SEG E MED DO TRABAL. CNPJ Contratado: 33069212001407. Contratado: MERCK S/A -Objeto: Contrato de manutenção preventiva e corretiva com eventual substituição de peças e demais acessórios para os sistemas de pré-tratamento de água, que celebram entre si a Fundação Jorge duprat de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO e a MERCK S/A. Fundamento Legal: ARTIGO 25, INCISO I da Lei 8666/93. Vigência: 05/06/2014 a 04/06/2015. Valor Total: R\$7.867,80. Fonte: 100000000 - 2014NE800387. Data de Assinatura: 05/06/2014.

(SICON - 09/06/2014) 264001-26201-2014NE800032

**SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA****EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO**

Espécie: Prorroga de Ofício nº 00005/2014 ao Convênio nº 723932/2009. Convenientes: Concedente: MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO, Unidade Gestora: 380001, Gestão: 00001. Conveniente: MUNICIPIO DE GOIANIA, CNPJ nº 01.612.092/0001-23. P.I.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 717.090,44, Valor de Contrapartida: R\$ 317.090,44, Vigência: 31/12/2009 a 21/01/2015. Data de Assinatura: 06/06/2014. Assina: Pelo MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO - MIN. DO TRABALHO / ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA- SECRETÁRIO ADJUNTO.

(SICONV(PORTAL) - 09/06/2014)

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ****RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 6/2014**

O Pregoeiro oficial da SRTE/PR no uso de suas atribuições divulga o resultado do Pregão 006/2014: A empresa NS Empreendimentos e Serviços Ltda - EPP, CNPJ 13.324.787/0001-99 foi a vencedora do item 1, com a proposta de R\$ 80.900,00.

RICARDO ALEXANDRE HONORIO ALVES

(SIDECA - 09/06/2014) 380918-00001-2014NE800001

**Ministério do Turismo****SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS  
LOGÍSTICOS****RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 3/2014**

Informamos aos interessados no Pregão 03/2014 aADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO para os Grupos:01- a empresa J J E SILVA - EPP, 02 - a empresa VIP SERVICE CLUB LOCADORA E SERVIÇOS LTDA.

JOSÉ REINALDO RODRIGUES DE FREITAS  
Pregoeiro

(SIDECA - 09/06/2014) 540004-00001-2014NE800008

**Ministério dos Transportes****GABINETE DO MINISTRO****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE ESTUDOS Nº 6/2014****Parte I - Introdução****1 Objeto do Edital**

1.10 Ministério dos Transportes torna público este Chamamento Público para complementação dos estudos de viabilidade técnica com intuito de subsidiar a implantação da infraestrutura ferroviária no trecho da EF - 151, no trecho entre Açailândia (MA) e Barcarena (PA), desenvolvidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

1.2 Serão disponibilizados aos interessados o termo de referência e os estudos preliminares de viabilidade no endereço eletrônico <http://pilferroviass.antt.gov.br>, informando as características da infraestrutura, os pontos de passagem obrigatória e sua capacidade operacional.

**2 Condições Gerais**

2.1 O estudo a ser apresentado deverá conter todas as informações e obedecer às diretrizes constantes no termo de referência supracitado.

2.2 Poderão participar deste Chamamento Público pessoas físicas ou jurídicas que pretendam apresentar os estudos de viabilidade técnica objeto deste Edital e apresentem as seguintes informações:

a) qualificação completa do interessado, especialmente com a indicação do nome do profissional responsável pela coordenação dos estudos, cargo, endereço físico e eletrônico, números de telefone, email, fax e CPF/CNPJ, a fim de permitir o posterior envio de eventuais notificações, informações, erratas e respostas a pedidos de esclarecimentos;

b) detalhamento das atividades que pretendem realizar, considerando o escopo dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações definidos na solicitação, inclusive com a apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para a entrega dos trabalhos.

c) Estimativa de custo específico para elaboração do estudo objeto da solicitação. Quando da indicação do valor estimado de ressarcimento, deverá apresentar informações sobre o preço praticado em estudos semelhantes efetivamente realizados, indicando o custo médio de homem-hora para possibilitar eventual comparação entre os valores de ressarcimento dos diferentes projetos (sem prejuízo de sigilo comercial das informações prestadas, se requerido).

2.3 Os interessados em participar deverão protocolar, perante o Ministério dos Transportes, em até 20 (vinte) dias úteis contados da publicação deste chamamento, requerimento da autorização prevista no art. 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

2.4 As propostas deverão ser endereçadas ao Ministério dos Transportes, no endereço:

Setor

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R".

CEP: 70.044-902 - Brasília/DF

2.5 Serão consideradas tempestivas as propostas enviadas por meio eletrônico para o email [sfat@transportes.gov.br](mailto:sfat@transportes.gov.br) desde que seja também postada e encaminhada a versão impressa dos documentos ao Ministério dos Transportes para o endereço acima indicado e dentro do prazo de dez dias úteis.

2.6 A correspondência deverá indicar "Chamamento Público de Estudos nº 06/2014", bem como indicar o nome da pessoa física ou jurídica.

2.7 Os requerimentos de autorização entregues fora do prazo serão registrados em processo e devolvidos aos interessados.

2.8 O Ministério dos Transportes poderá solicitar a atualização dos estudos que entender necessária à licitação da concessão. A empresa selecionada poderá realizar a atualização dos estudos, caso em que os valores comprovadamente despendidos para a atualização dos estudos serão somados ao valor originalmente arbitrado para reembolso dos estudos à empresa selecionada pelo vencedor da licitação da concessão, desde que o valor total para reembolso não exceda o previsto no item 5.4 abaixo.

2.9 Os estudos devem considerar a regulamentação e legislação vigentes.

2.10 Em qualquer fase do procedimento, seja após a solicitação de autorização, ou durante a realização dos estudos, os interessados poderão decidir se associarem para apresentação dos estudos em conjunto, devendo ser indicado as empresas responsáveis pela interlocução com o Poder Público e a forma e proporção do eventual ressarcimento.

2.11 Não será admitida a participação de uma mesma empresa em mais de um estudo para um mesmo projeto de concessão. Essa restrição se aplica mesmo a empresas controladas, controladoras ou sob controle comum de qualquer empresa que participe individualmente ou em conjunto do presente procedimento.

**3 Da Autorização**

3.1 Na elaboração do termo de autorização, o Ministério dos Transportes deverá reproduzir as condições estabelecidas na respectiva solicitação e no termo de referência anexo.

**3.2 A autorização:**

a. será pessoal e intransferível, observado o disposto no item 2.9 acima;

b. será conferida sempre sem exclusividade, podendo mais de uma empresa se manifestar e obter a mesma autorização;

c. não gerará direito de preferência para a concessão;

d. não obrigará o Poder Público a realizar a licitação; e

e. será publicada no Diário Oficial da União.

3.3 A autorização para a realização dos estudos não implica, em hipótese alguma, co-responsabilidade da União ou do Ministério dos Transportes perante terceiros pelos atos praticados pela pessoa física ou jurídica autorizada.

3.4 As autorizações poderão ser extintas em razão de:

a. descumprimento dos termos da autorização, inclusive dos prazos fixados neste Edital;

b. descumprimento de prazo para reapresentação dos estudos, determinado pelo Ministério dos Transportes ou desistência de entrega dos estudos atualizados, conforme previsto no item 2.7;

c. superveniência de dispositivo legal que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos estudos ou esteja em desacordo com a legislação aplicável;

d. revogação deste Chamamento Público ou da autorização decorrente da perda de interesse por parte da Administração Pública;

e. desistência por parte da(s) pessoa(s) autorizada(s), a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito ao Ministério dos Transportes, desde que confirmado o seu recebimento.

3.5 A notificação da revogação, cassação ou anulação da autorização será efetuada por escrito, mediante correspondência com aviso de recebimento, e por publicação no Diário Oficial da União.

3.6 No caso de descumprimento dos termos da autorização, a pessoa autorizada será notificada, mediante correspondência com aviso de recebimento, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize a situação, sob pena de cassação da autorização.

3.7 Autorizações extintas não geram direito ao ressarcimento dos valores despendidos na elaboração dos estudos, projetos, levantamentos ou investigações até então realizados.

3.8 Decorridos 30 (trinta) dias da comunicação prevista nesta Seção, os documentos eventualmente encaminhados ao Ministério dos Transportes, que não tenham sido retirados pela pessoa autorizada, poderão ser destruídos.

**4 Da Apresentação dos Estudos**

4.1 Aqueles que forem autorizados na forma do item anterior terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da publicação da autorização, para apresentá-los à ANTT.

4.2 Os estudos deverão ser apresentados em 2 (duas) vias físicas e 2 (duas) mídias eletrônicas.

4.3 Não há garantia de que os estudos realizados serão selecionados e utilizados pelo Ministério dos Transportes.

4.4 Caso o(s) estudo(s) apresentado(s) necessite(m) de retificação(ões), será aberto prazo para sua reapresentação. A não reapresentação do(s) estudo(s) no prazo indicado implicará a extinção da autorização.

**5 Da Avaliação e Seleção dos Estudos**

5.1 A avaliação dos estudos apresentados será realizada por comissão de avaliação indicada pelo Ministério dos Transportes, que deverá considerar, para a seleção do estudo a ser utilizado na futura ferrovia, os seguintes critérios:

a. consistência das informações que subsidiaram sua realização;

b. adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, utilizando, sempre que possível, equipamentos e processos recomendados pela melhor técnica aplicável ao setor;

c. compatibilidade com as normas técnicas emitidas pelo Ministérios dos Transportes, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, e demais agentes do setor, bem como à legislação pertinente;

d. razoabilidade dos valores apresentados para eventual ressarcimento, considerando estudos similares e preços usuais de mercado;

5.2 Com base na análise dos estudos, a comissão selecionará o autorizado cujos estudos serão utilizados como base para a licitação. Não será admitida a combinação de estudos realizados por autorizados diferentes para utilização na licitação.

5.3 A avaliação e seleção do estudo não se sujeitam a recursos na esfera administrativa quanto ao seu mérito.

5.4 O valor máximo global de ressarcimento do estudo estimado não ultrapassará o montante de 2,5% do valor do investimento estimado para o empreendimento.

5.5 O valor arbitrado pela Comissão de Avaliação poderá ser rejeitado pelo escolhido, hipótese em que não serão utilizadas as informações contidas nos documentos selecionados. Os estudos que